## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

# REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº, DE 2024 (Do Sr. Eduardo Bolsonaro)

Requer que seja convocada a excelentíssima Senhora Nísia Trindade Lima, Ministra Saúde. para comparecer perante а Comissão de Fiscalização Financeira е Controle (CFFC), a fim de prestar esclarecimentos sobre o relatório da Controladoria Geral da União que aponta distorção de R\$ 44 bilhões nas contas da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com artigo 50 da Constituição Federal, referendado ao Plenário desta Comissão, seja convocada a excelentíssima Senhora Nísia Trindade Lima, Ministra da Saúde, a fim de prestar esclarecimentos sobre o relatório da Controladoria Geral da União que aponta distorção de R\$ 44 bilhões nas contas da Saúde.







#### **Justificativa**

De acordo com reportagens veiculadas na imprensa nacional, o relatório da Auditoria Anual de Contas do Ministério da Saúde, divulgado recentemente pela Controladoria Geral da União (CGU), apresentou uma distorção de R\$ 44 bilhões nas contas do órgão.

O documento é referente ao exercício de 2023 e faz parte do conjunto de 6 relatórios que foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União. Além do Ministério da Saúde, o órgão também auditou as contas dos Ministérios da Educação; da Gestão e Inovação; da Integração e Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento Social; e dos Povos Indígenas.

Seguem, abaixo, trechos do relatório que identificou as distorções mencionadas:

"Foram identificadas distorções quantitativas na ordem de R\$ 44,29 bilhões, além de distorções qualitativas que podem afetar a compreensão da situação patrimonial da entidade. As principais distorções envolvem contas baseadas em estimativas e decorrem de falhas no monitoramento de processos, registros inadequados de eventos já ocorridos e interpretações divergentes de conceitos contábeis."





"Em relação transações às constatações subjacentes, as relacionadas transferências na modalidade fundo a fundo indicam que esses valores estão sujeitos a irregularidades tanto sob a perspectiva da execução federal como na aplicação pelos entes federativos. Os achados de auditoria nesse sentido têm como causas principais questões estruturantes do Sistema Único de Saúde, tais como a baixa capacidade de gestão de entes federativos, a fragmentação de sistemas informações e a não implementação completa dos critérios de rateio dos recursos federais."

De acordo com o Portal Metrópoles, a maior distorção verificada pela CGU nas contas do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 21,9 bilhões, deve-se ao saldo incorreto na conta de estoques de medicamentos e insumos importados. O material entregue não recebia baixa nos registros do Ministério da Saúde, e foram observadas falhas no lançamento de ajustes cambiais.

Assim, consideramos relevante a convocação da Senhora Nísia Trindade Lima para prestar esclarecimentos acerca de todos os atos identificados neste relatório.

Diante do exposto, peço o indispensável apoio de meus estimados pares à aprovação desta Proposição, que visa esclarecer os pontos do relatório sobre a gestão de recursos públicos, especialmente pela possibilidade de ter impactado nos serviços de saúde pública, além de aumentar a transparência da administração







pública federal e, também, aproveitar a oportunidade para apresentar medidas já adotadas para correção ou planejadas para melhorar a fiscalização e a gestão de recursos.

Sala das Reuniões, de

de 2024

Eduardo Bolsonaro Deputado Federal PL/ SP



